



Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Justiça
Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação
Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

3ª Reunião Ordinária – Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP
Memória – 02/12/2013

LISTA DE PRESENÇA			
NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Lyra	SIT/MTE	(61) 2031-6435	alexandre.lyra@mte.gov.br
Aloysio Gomide Filho	MRE	(61) 2030-8804	alloysio.gomide@itamaraty.gov.br
Anna Grazielly Silva	CETP/MJ	(61) 2025-3073	anna.gsilvre@mj.gov.br
Cláudia Araújo de Lima	SAS/MS	(61) 3315-9101/ 9108 (61) 8115-8100	claudia.araujo@saude.gov.br
Eden C. Martingo	SPM/PR	(61) 3313- 7072	eden.martingo@spmulheres.gov.br
Fernanda Alves dos Anjos	DEJUS/MJ	(61) 2025-3330	fernanda.anjos@mj.gov.br
Franciele Caeiro	CETP/MJ	(61) 2025-9663	franciele.caeiro@mj.gov.br
George Lima	SDH/PR	(61) 2025-3975	george.lima@sdh.gov.br
Heloisa Greco Alves	CETP/DEJUS/SNJ	(61) 2025-3058	heloisa.alves@mj.gov.br
Jaisson Costacurta	SECADI/MEC	(61) 2023-6370	jaisson.costacurta@mec.gov.br
Leonardo Wester	COCIT/MRE	(61) 2030- 8292	leonardo.wester@itamaraty.gov.br
Lidia Nunes Azevedo	MTUR	(61) 2023-7402	lidia.azevedo@turismo.gov.br
Lucicleia Rollemberg	CETP/MJ	(61) 2025-9333	lucicleia.silva@mj.gov.br
Marcos Filipe Guerra	MTUR	(61) 2023-7405	marcos.guerra@turismo.gov.br
Marina Santos Rodrigues	DRCI/MJ	(61) 2025-8935	marina.rodrigues@mj.gov.br
Paloma Moraes Corrêa	MDS	(61) 2030-3049	paloma.correa@mds.gov.br
Rodrigo Martins Prates	MO	(61) 3312-4137 (61) 8103-0767	rodrigo.prates@defesa.gov.br
Rodrigo Delgado	SNAS/MDS	(61) 2030-2904	rodrigo.delgado@mds.gov.br
Rossana do Amaral	PFDC/ MPF	(61) 3105-6011	rossana@pgr.mpf.gov.br
Sara Coutinho	DEEST/MJ	(61) 2025-9898/3325	sara.coutinho@mj.gov.br
Waldo José Caram Rohles	PRF	(61) 2025-6659	waldo.caram@prf.gov.br
Rodrigo Martins Prates	MD	(61) 33124137	rodrigo.prates@defesa.gov.br

PAUTA	
1) ABERTURA DOS TRABALHOS.	- A Diretora do Departamento de Justiça, Fernanda dos Anjos, fez a abertura da reunião agradecendo a presença de todos, saldando os novos membros e justificando a ausência do Secretário Nacional de Justiça.

	<ul style="list-style-type: none"> - A Diretora passou a palavra aos demais membros da Coordenação Tripartite momento em que o representante da SDH, Sr. George Lima, ao saudar os participantes pediu desculpas ao grupo pela demora no encaminhamento do segundo relatório da Secretaria, afirmando que esta pretende melhorar sua estrutura de monitoramento interno de forma a tornar-se mais célere no envio das informações. - A Diretora, Fernanda dos Anjos, sugeriu uma nova rodada de apresentações. - Encerrando a rodada de apresentações e abertura, a Diretora passou a palavra à Secretária Executiva do Grupo Interministerial, Lucicleia Rollemberg.
2) Informes gerais da Secretaria Executiva; Formas de socialização de Resultados e transparência do Relatório; Aprovação da memória anterior.	<ul style="list-style-type: none"> - Lucicleia Rollemberg revisou a pauta do dia, relatou que o ano de 2013 estava sendo encerrado com um saldo positivo e com o fechamento de todo o cronograma do GI. Resgatou os acontecimentos das últimas reuniões validando com o colegiado as memórias das reuniões anteriores. - Em seguida, informou que a portaria de instalação com as substituições de membros solicitadas já havia sido encaminhada para o gabinete do Ministro da Justiça e estaria para ser publicada em breve. Comunicou também que ao final da reunião seria fechado o cronograma de 2014. - Informou sobre a forma, ainda manual, que estão sendo compiladas as informações encaminhadas no sistema provisório de monitoramento, mas explicou que apesar de ser um trabalho mais difícil e moroso, em nada estava impedindo a qualidade das análises. Pediu ainda que comunicassem quaisquer dificuldades encontradas para a produção dos relatos e para o encaminhamento, bem como sugestões de melhoria dos formulários de preenchimento. - Avisou que a partir da reunião seguinte, a validação da memória da reunião anterior será sempre feita ao início das reuniões e informou que a memória seria encaminhada antes de cada reunião para que os membros tivessem tempo hábil para a leitura e o envio de contribuições ao texto da memória. - Por fim, resgatou o relato da visita ao MEC e a criação de uma agenda de reuniões bilaterais devido às falhas na memória que surgiram com as mudanças de membros dos Ministérios. Relatou o encontro bilateral seguinte, ocorrido com o Ministério do Turismo, momento em que o representante do GI reuniu toda a equipe técnica do setor, bem como representantes dos setores que deveriam ser envolvidos na execução das metas previstas no II PNETP, tratando-se de um importante momento de sensibilização ao tema e aos trabalhos desse GI. - Pediu que quem estivesse tendo dificuldades junto ao seu Ministério, que entrasse em contato com a coordenação e informou que o agendamento de contatos com outros Ministérios seria feito já no início do ano seguinte.
3) Revisão do progresso da implementação do Plano Nacional	<ul style="list-style-type: none"> - A Diretora, Fernanda dos Anjos, retomou então a palavra para dar início à análise de revisão do progresso da implementação do II Plano Nacional e a apresentação da síntese dos achados e da avaliação da Coordenação Tripartite sobre os relatos dos ministérios. - Informou que alguns Ministérios relataram não ter atualização desde o último, que foram recebidos 11 relatórios dos Ministérios, sendo que alguns desses Ministérios são apenas colaboradores em metas, de forma que uma parte considerável de informações para o fechamento do balanço ainda não havia sido disponibilizada no momento da análise. Pediu então a atenção de todos, especialmente, daqueles que ainda não haviam conseguido enviar as suas contribuições para o segundo balanço. - Apresentou uma percepção de entregas de relatórios, mostrando um cenário de baixa relatoria e afirmou que a Tripartite iria se debruçar sobre essa informação para buscar logo,

	<p>no início do ano, reverter esse cenário.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Retomou as linhas gerais de mensuração do progresso do plano e alertou para o desafio de ser capaz de traduzir o alcance do progresso e dos resultados em efetivo texto, em relato consubstanciado de forma suficiente a checar esse alcance de progressos e resultados. - Reforçou o aspecto da necessidade de transversalidade, de diálogos bilaterais, trilaterais e até de um conjunto de Ministérios do sistema de monitoramento e lembrou a todos que a partir de 2014 haverá a entrada de mais um ator no ciclo de monitoramento com a posse do CONATRAP- Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em Janeiro. - Pediu ainda que depois fossem feitas sugestões em relação ao formato adotado pela Tripartite, de fazer considerações a cada uma das Linhas Operativas, de forma a verificar se atende a todos e para que este formato pudesse ser ajustado para o próximo ano. - Recuperou a memória de como foram deliberados os prazos de implementação e os meios de verificação, explicando ser esta uma dificuldade que a coordenação vem sentindo ao analisar os relatórios. Assim, abriu a tabela clássica e apontou as possibilidades de ajustes dos prazos de implementação. - Relatou que das nove metas da primeira Linha Operativa, duas não foram relatadas e sete estão em progresso. Comunicou o progresso obtido com a questão do Projeto de Lei de ETP, informando que o Governo fechou posição sobre o PLS 479/12 e a apresentou contribuições à relatoria da CPI do Senado, esclarecendo que o projeto tramita hoje como prioridade pelo Governo Federal; informou que a CPI da Câmara trouxe um novo Projeto de Lei, sendo que este ainda estaria recebendo contribuições da sociedade como um todo, mas que a expectativa era de que na semana seguinte a CPI apresentasse esse projeto de Lei como resultado final dos trabalhos, concluiu então ser essa uma linha operativa que teve progresso significativo. - Relatou que em relação à segunda Linha Operativa, das 62 metas totais, 48 já estavam em progresso, com oito atividades concluídas, mas ainda com uma dificuldade de metas que não foram relatadas e que, portanto, impediam de checar o alcance dos resultados. Chamou a atenção para a questão das metas de entrega permanente, dando o exemplo das metas 2.A.5 e 2.B.1, e colocou esse ponto como um desafio para a evolução do sistema de monitoramento. Chamou a atenção também para a questão das metas com duas ou três lideranças onde apenas um dos líderes dá a meta por concluída, argumentando que então essa meta ainda mereceria permanecer em monitoramento e acompanhamento permanente. - Alertou sobre as dificuldades percebidas nas atividades 2.F e 2.G e pediu aos membros que possuísem metas nessas atividades que dessem atenção especial, principalmente, em virtude do cronograma previsto, devido a baixíssima ou quase nula relatoria dessas atividades. - Reforçou a necessidade de alinhamento, de diálogo entre os líderes nacionais, de compartilhamento dos alcances de resultados de cada um dos Ministérios, pois estes poderiam gerar boas práticas e espelhar referência para os demais. - Na terceira Linha Operativa, informou que das 25 metas, 4 não foram relatadas e 21 estavam em progresso. Apontou, no entanto, dificuldades enfrentadas na forma como o relato estava sendo feito o relato que não ofereceu um panorama sobre o grau de avanço dessa Linha Operativa. Reforçou a importância dessa linha operativa e pediu para que aqueles Ministérios que enxergassem haver uma possibilidade de antecipar a meta de cumprimento em 2014, ou de reforçar a sua capacitação de entrega que o fizesse no
--	--

	<p>próximo ano.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em relação à quarta Linha Operativa, relatou que dos três blocos de atividades com 15 metas, 10 já estavam em progresso, sendo que uma delas já havia sido concluída. Agradeceu a parceria dos muitos que ajudaram a cumprir essa meta do diagnóstico de fronteiras e informou que as metas mais preponderantes foram iniciadas. Comentou os bons resultados alcançados como o primeiro relatório nacional de dados e revelou que um segundo estaria sendo preparado. - Relatou quanto à quinta Linha Operativa que, das quatro metas relacionadas à campanha, duas já estavam em processo, sendo que uma estaria sendo dada como concluída, alertando, no entanto, para o caráter permanente desta meta. Destacou a Campanha do Coração Azul, salientando a importância de se elaborar uma estratégia para se integrar os atores para o processo de segmento da campanha. Comentou a inserção da campanha em sua terceira fase, com a instalação de comitês locais de mobilização da campanha e informou a parceria com o UNODC, para o próximo ano, na contratação de um especialista no Brasil, única e exclusivamente, para auxiliar no desenho e nas estratégias da campanha. - Alertou que aqueles que estivessem se preparando para os grandes eventos pensassem em como integrar as metas do II PNETP às ações e campanhas dos distintos Ministérios e assim fortalecer as ações e possibilitar que as campanhas atinjam públicos-alvo distintos. - Da análise apresentada, alertou que de acordo com o cronograma previsto na tabela pactuada com os Ministérios, houve um aumento da expectativa de cumprimento das metas para 2014. Ocorre que, 77 das 115 metas deverão ser cumpridas no próximo ano, sendo que 11 delas foram efetivamente cumpridas em 2013, ficando 66 metas para serem entregues em 2014. - Por isso, a necessidade dos membros revisarem o cronograma de cumprimento das metas, pactuado quando da aprovação do plano, para avaliarem a adequação do prazo/ano de efetivo cumprimento, para que não sejam apontados prejuízos à análise final de cumprimento do II PNETP. - Informou que em relação ao sistema de monitoramento e a forma de relato, todas as regras foram seguidas, havendo apenas uma novidade entendida como uma sinalização extremamente positiva, colaboradores que passaram a relatar resultados de metas que não haviam se comprometido como líderes anteriormente. - Insistiu na idéia de textos mais qualitativos e quantitativos e sugeriu que quando se fizesse a entrega de uma publicação, que fossem colocados os <i>links</i>, para que a sociedade pudesse verificar os detalhes, como a origem e etc, de forma a tentar enriquecer cada vez mais o relato, mirar o relato no indicador desenhado ou construído. - Pediu o cuidado dos membros de quando indicar uma meta como concluída, de confirmar no meio de verificação indicado, se esta foi citada, assim como disponibilizar a informação de onde a sociedade pode verificar o cumprimento dessa meta. - Por fim, pediu que os membros, na rodada de avaliações, dividissem seus discursos entre um pouco do Balanço 2013 e um pouco do contexto para 2014, de forma a espelhar o balanço do quanto de resultado ou de progresso cada Ministério conseguiu aferir em 2013, assim como algumas expectativas de como o tema permaneceria ainda aquecido na agenda de 2014 mediante o contexto de eleições, Copa do Mundo e etc. - A Diretora, Fernanda dos Anjos, passou então a palavra ao representante da SPM, Éden Martingo, para complementações.
--	--

	<p>- Eden Martingo agradeceu a Diretora pela exposição precisa e salientou que o fato de se ter começado a executar o plano já no meio de um ano orçamentário deu sentido global a uma série de ações que já vinham sendo realizadas pelos diversos Ministérios que compõem o Plano, mas que não foi possível orientar a alocação de recursos, o seu planejamento estratégico e temporal de cada agente executor. Portanto, o ano de 2014 seria qualitativamente bastante diferente de 2013, pois entrar em um novo ano de execução orçamentária com o plano já pronto e validado, seria muito importante e daria uma densidade maior para as ações, buscando a transversalidade, buscando a coordenação mesmo entre todos os atores.</p> <p>- O representante da SDH, George Lima, assumiu a fala dizendo que considerava o GI como sendo uma das experiências mais bem-sucedidas de trabalho transversal, no âmbito do Governo Federal, mas que o futuro deste o preocupava, pois já se passou um ano da vigência do plano e com a questão da baixa relatoria e das metas não sendo fechadas, em breve a sociedade estaria cobrando os avanços, especialmente, com a instalação do CONATRAP. Pediu então, aos demais membros uma reflexão crítica neste aspecto e fez um chamado para que as instituições presentes participassem do debate para a aprovação de uma lei geral de enfrentamento ao tráfico de pessoas e isso já poderia ser feito com a discussão do PLS 479.</p> <p>- A Diretora Fernanda dos Anjos retomou então a palavra e deu início a rodada de contribuições, informes, avaliação, considerações sobre os aspectos que foram trazidos pela coordenação Tripartite abrindo as inscrições.</p>
<p>4) Rodada de Avaliação do GI sobre o progresso e dificuldades encontradas pelos Ministérios na implementação e no monitoramento do Plano no 2º. Quadrimestre</p>	<p>- Alexandre Lyra, representante do MTE, relatou estar muito otimista em razão do que fora falado sobre as visitas aos órgãos. Explicou ter uma dificuldade, já colocada em outras reuniões, de alcançar as outras Secretarias e que agora poderia realmente dialogar no âmbito do Ministério para que todos tenham a noção exata da responsabilidade do tema e da responsabilidade do Ministério no enfrentamento da questão.</p> <p>- Diretora Fernanda dos Anjos respondeu ser importante que fosse feito então um levantamento das áreas internas que o Sr. Alexandre Lyra precisaria manter um contato, para repassar informações e promover o agendamento.</p> <p>- Cláudia Araújo, representante do MS, relatou que o Ministério da Saúde considerava todas as metas colocadas no plano como metas permanentes, explicando que a decisão do grupo todo foi que estas seriam medidas que precisariam acontecer para sempre no SUS. Trouxe para o Comitê a primeira publicação que o MS conseguiu fazer no tema, em cumprimento à meta 2.D.7, dizendo ser esta apenas a sensibilização do sistema para o tema tráfico. Com relação às ações de AIDS: nas ações de Vigilância, relatou estar em débito com o plano e que estava trabalhando com a Vigilância para alterar as fichas de notificação, comentando que os sistemas do MS já teriam algumas informações sobre tráfico, mas que estes precisavam de aprimoramento. Ainda o início da distribuição desse material para as Coordenações Estaduais de Saúde da Mulher. Em cada estado seria feita a recomendação de que estas coordenações procurassem os escritórios de enfrentamento ao tráfico ou os núcleos de enfrentamento ao tráfico, para trabalharem em parceria. Informou que o material pode ser utilizado pelas diversas áreas. Relatou que a expectativa para 2014 seria que o tráfico de órgãos pudesse ser um tema trabalhado com mais clareza nas estruturas do sistema, explicando que o decreto-lei estava sendo mudado para que a lista de transplantados do Brasil ficasse mais rígida. E, por fim, pediu a ajuda dos líderes das outras áreas para que incluíssem o MS nas suas ações, sob o risco de que tudo que estaria</p>

	<p>colocado no plano, à medida que fosse cumprido minimamente seria dado como resolvido.</p> <p>- Paloma Corrêa, representante do MDS, relatou que a partir da última reunião e da sua participação na reunião técnica de núcleos e postos, houve a criação de um grupo de trabalho dentro da SNAS, envolvendo Alta e Média Complexidade que então passou a se reunir periodicamente para discutir o plano, as metas e etc. O objetivo desse grupo é verificar como está sendo feita a abordagem, ajuda e orientação a respeito do problema crônico de acolhimento. Comentou sobre fazer um <i>lobby</i> a respeito do Termo de Aceite, do serviço de acolhimento para adultos e famílias, com a intenção de que isso consiga se expandir para os demais núcleos, para os demais postos, para colocar a Rede de Assistência Social como uma opção efetiva e verificar quais os seus problemas de funcionamento.</p> <p>- Rodrigo Delgado, representante do MDS, complementou a fala da Sra. Paloma Corrêa e colocou que a perspectiva seria incluir mais questões, tanto no caderno das unidades de acolhimento, quanto também seria em questões para as equipes de abordagem social. Reforçou os discursos de metas de caráter continuado e comentou que no próprio Censo SUAS, deve-se tanto manter a série histórica, quanto aperfeiçoá-lo naquilo que for necessário.</p> <p>- Jaisson Costacurta, representante do MEC, relatou ações voltadas ao incentivo à formação de profissionais da educação e também de profissionais que estão atuando em direitos humanos; A questão das produções de materiais, livros, guias, DVDs, também destinados à comunidade como um todo e também a inserção da temática de direitos humanos dentro da grade curricular. Comentou sobre a falta de alterações no relatório do MEC, explicando que as ações são de longo prazo e salientou que o prazo de quatro meses para o relato ministerial é curto para demonstrar o processo do avanço na execução das ações. Informou sobre o encontro com coordenadores das áreas de direitos humanos das universidades federais ocorrida em Brasília. Aproveitou a oportunidade para agradecer à coordenação de ETP pela parceria, especialmente, pela presença da Sra. Lucicleia Rollemberg, que promoveu, durante o evento, a orientação e motivação dos coordenadores para inserção do enfrentamento do tráfico de pessoas como uma das temáticas a ser abordada dentro dos diversos cursos. Destacou, nesta ação, foram ofertados 60 novos cursos dentro das universidades federais a mais de 20 mil pessoas.</p> <p>- Rodrigo Prates, representante do Ministério da Defesa, declarou que o órgão é co-líder em uma única meta, a 2.C.1. Informou que esta meta é uma das metas dada como alcançada por um órgão e como não alcançada por outro. Destacou que a estratégia de integração dos atores para o enfrentamento iniciou-se com uma reunião preliminar, ocorrida no MD, com a participação dos demais co-líderes, SENASP e DPF. Ademais, a meta foi desdobrada em dois indicadores de progresso, um indicador referente ao mapeamento dos atores, que ele acredita ter sido atingida por meio da ENAFRON, e outro quanto aos mecanismos, que ele afirmou já existirem, sob a égide da Lei-Complementar nº 97/1999. Comentou ainda a respeito da Operação Ágata e Operação Sentinela como oportunidades para a realização de ações integradas de ETP na faixa de fronteira, caracterizando o alcance da meta. Explicou que atualmente o recurso orçamentário das Forças Armadas é em grande parte voltado a operações como essas, enquadradas como atribuições subsidiárias. Nesse contexto, pediu aos demais membros co-líderes para que demandassem do MD uma atuação precisa e efetiva voltada para o ETP pois as Forças Armadas vão atuar sempre subsidiariamente aos órgãos de segurança pública nesse enfrentamento.</p>
--	---

	<p>- Sr. Marcos Filipe, representante do Ministério do Turismo, comentou sobre o contato tido, em reunião, com a Secretária Executiva, Sra. Lucicleia, na semana anterior, explicando que fora discutida a inclusão do MEC, como co-líder ou colaborador na meta 3.A.23, bem como sobre a necessidade de articulação do MTur com a EMBRATUR para estratégias de execução da meta 2.F.5. Solicitou, assim, uma agenda com o MEC e encerrou dizendo que iria dar continuidade a esse trabalho, continuando as reuniões, o contato, para alinhar as ações, e deixar o trabalho mais efetivo para todos.</p> <p>- Sra. Lucicleia Rollemberg explicou para todos que, segundo informações que repassadas pelos representantes do MTur, durante a reunião citada pelo Sr. Marcos Filipe, o trabalho de capacitação do Ministério do Turismo havia sido elaborado junto com o PRONATEC, em parceria com o MEC. Assim sendo, os representantes do Ministério do Turismo relataram a necessidade de estreitarem a parceria com o MEC para a execução das ações previstas para o cumprimento da meta. Repassou, então, o pedido do representante titular do Ministério do Turismo para uma agenda com o MEC e pediu que a solicitação fosse repassada para o Sr. Fábio Meireles.</p> <p>- Sra. Marina do DRCl iniciou sua explanação pedindo desculpas pelo atraso e relatou que das três metas envolvendo o DRCl, a primeira, a 1.A.3, referente ao anteprojeto de lei, ainda não estava no Congresso como relatado na reunião anterior, e retificou informando, que o anteprojeto se encontrava na SAL do MJ e lamentou não haverem grandes avanços até então. Quanto ao tema do enfrentamento ao tráfico de pessoas, incluído nos cursos no PNLDs, relatou que estes agora poderiam ser feitos à distância, que a demanda foi muito maior do que o esperado, de forma que todas as turmas já estavam fechadas, mas avisou que novas turmas estariam sempre sendo abertas e que os interessados entrassem em contato por e-mail. Informou também que até outubro de 2012 foram mais de duas mil pessoas qualificadas nesses PNLDs e disse acreditar que esse treinamento estivesse gerando, sim, um aspecto bastante positivo. Por fim, em relação à terceira meta sobre a investigação do tráfico de pessoas em regiões de fronteiras, relatou a existência de um projeto, um seminário chamado Cooperação nas Fronteiras, que no presente ano esteve em sua terceira edição, na segunda semana de novembro, em Brasília.</p> <p>- Sara Coutinho, Assessora do Gabinete do Departamento de Estrangeiros, relatou que 2014 seria um ano determinante para o Departamento de Estrangeiros, principalmente por conta da Conferência Nacional de Imigração e Refúgio que promete ser um grande espaço para discussão de propostas e de ações, não só nas temáticas de imigrantes e refugiados, mas também na temática de tráfico de pessoas. Com relação ao relatório informou não haver muito progresso, mas por conta, da meta 2.H.1, foram iniciadas algumas ações basicamente de articulação, de contato com diversos Ministérios, para inserção da temática de imigrantes e de estrangeiros que são vítimas de tráfico de pessoas. Por fim, relatou que o DEEST estava em vias de conseguir fazer uma revisão da Resolução nº 43 do Conselho Nacional de Imigração.</p> <p>- Rossana Amaral, da Procuradoria Federal de Direito do Cidadão do MPF, informou que fora realizado em outubro, em Foz do Iguaçu, um colóquio sobre tráfico de pessoas, com a participação da Diretora Fernanda, onde foram formados três grupos para trabalhar exatamente com legislação, políticas públicas e Mercosul. Seguiu relatando que após a discussão e apresentação de propostas apresentadas por cada um dos três grupos houve posterior apresentação das propostas já aprovadas nos mencionados grupos na Plenária do Colóquio. Relatou também a respeito de evento dos procuradores gerais da República dos países do MERCOSUL, que ocorrerá em Isla Margarita, devendo as propostas</p>
--	---

	<p>aprovadas em plenária, serem entregues aos membros do Ministério Público do Mercosul e Nações Associadas. Informou que, a partir de 2014, a Procuradoria Federal do Direito do Cidadão deverá estar atuando em conjunto com a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão em sede de tráfico de pessoas.</p> <p>- Waldo José Caram Rohlfes, representante da PRF, relatou que a Polícia Rodoviária Federal pretendia finalizar, ainda em 2014, o ciclo de capacitação do policiamento rodoviário brasileiro, mas devido a uma questão de corte orçamentário, foram realizadas capacitações somente para o efetivo de 15 estados. Informou que as operações temáticas eram voltadas para o combate à exploração sexual e, a partir da última, o foco foi ampliado para trabalho escravo ou em condições análogas à de escravo e passaram a realizar um trabalho intenso de conscientização dos caminhoneiros. Informou também que foi realizada, no Mato Grosso do Sul, uma capacitação em articulação com o MPT e MTE local, com a colaboração do Juizado de Menores, do Conselho Tutelar e de representantes da CNBB tendo sido atendidas 40 pessoas, dentre estas três menores. No combate ao trabalho escravo foram 55 menores resgatados, observando-se que eram analfabetos e recebiam, em média, R\$ 20,00 por semana. Destacou o resgate de uma colombiana.</p> <p>- Leonardo Wester, da COCIT/MRE, relatou que a COCIT seria responsável apenas por uma meta, a 2.C.4, que era considerada uma meta permanente e informou que toda reunião agendada, que coubesse a proposta de inclusão do tema do tráfico de pessoas, seria feita pelo lado brasileiro. Exemplificou então com as reuniões com os Estados Unidos, depois com a Guiana, com a Rússia e com a Bolívia, de forma que concluiu que a meta estava sendo cumprida, só que de forma permanente.</p> <p>- Aloysio Gomide Filho, do DAC/MRE, relatou que por parte da área consular do Itamaraty, a pretensão seria de dar continuidade as ações de capacitação, reciclar e repetir o curso que fora realizado em 2012, 2013, em determinados consulados, onde ocorrem registros de maior ocorrência de tráfico de pessoas, tomando esta como uma ação permanente e levando em consideração uma rotatividade dos funcionários dentro dos consulados, contando com o corpo que vai para outros postos como disseminador. Informou também que os postos estavam mantendo, como outra ação permanente, atualizada a rede de apoio. Comentou sobre a expansão do projeto LIGUE-180 e o pedido feito a outros postos na América do Sul para que elaborassem listas, gerando uma lista preliminar. E informou que quanto ao mapeamento, ocorreram algumas menções específicas, sendo a mais recente com a participação da SNJ, dos órgãos parceiros, SDH e SPM, na Itália, em fevereiro, colocando esta como uma ação também permanente. Por fim, mencionou a Assistência Consular como sendo outra ação permanente e afirmou que se buscava sistematizar melhor as informações que os consulados transmitem, de forma a se ter informações uniformizadas, homogêneas, para transmitir aos órgãos competentes e gerar uma base de dados mais completa em coordenação.</p> <p>- George Lima, representante da SDH, complementou a fala do conselheiro Aloysio a respeito do Itamaraty discorrendo sobre a Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior, mencionou que uma das idéias pensadas durante esta foi construir uma campanha de prevenção de subtração internacional de crianças e que se tivesse como foco no ano seguinte, em 2014, os seis países com maior número de cidadãos brasileiros. Informou, então, que fora feito um mapeamento dos sete países com maior número de casos de subtração internacional de crianças, informando que essa lista coincidia com a lista das maiores comunidades brasileira no exterior. Por fim, informou que a expectativa seria de casar a iniciativa da prevenção à subtração, com alguma ação com os conselhos de</p>
--	--

	<p>cidadãos e de cidadania no enfrentamento ao tráfico de pessoas.</p> <p>- Fernanda dos Anjos, Diretora do Departamento de Justiça, prosseguiu com os relatos da Coordenação informando sobre a publicação da pesquisa ENAFRON e o lançamento de um segundo produto decorrente dela, o <i>Relatório para Replicação do Método</i>. Comunicou a realização da Oitava Reunião Técnica e a capacitação da Rede de Núcleos e Postos de atendimento em uma formação de formadores, no âmbito de um projeto desenvolvido com a União Europeia, o <i>Projeto Itineris</i>. Relatou as publicações que estão para serem lançadas: o <i>Guia de Formação de Formadores</i> e o <i>Guia de Atuação da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas</i>. Comentou a realização, em novembro, da 5ª Sessão da Conferência das Partes, especificamente sobre tráfico de pessoas, detalhando os três temas centrais abordados, ressaltando que o Governo Brasileiro contribuiu com a discussão dos três temas: 1) a questão do consentimento; 2) as novas modalidades que estão sendo identificadas e 3) as estratégias para a redução da demanda e parcerias com o setor privado. Comentou também o envio dos dados do Governo brasileiro, via COCIT/MRE, para o Relatório Global, que estaria previsto para ser publicado no ano seguinte com os dados dos últimos dois anos. Retomou a fala da Sra. Cláudia Araújo do MS comentando a participação de uma representante da SNJ/MJ na reunião do grupo de trabalho específico sobre tráfico de pessoas para fins de remoção de órgãos do UNODC. Informou a finalização da eleição do CONATRAP já com a posse e primeira reunião do Comitê Nacional previstos para janeiro de 2014. Na oportunidade, convidou os membros do Comitê para uma oficina que estaria sendo preparada na semana seguinte para se discutir o protocolo de atendimento, o fluxograma, o mapeamento nacional da rede e um instrumento de coleta de dados, de forma a aprimorar e fechar os instrumentos para a publicação no próximo ano. Comunicou o lançamento de um edital para selecionar boas práticas em prevenção, com a expectativa de que elas fossem implementadas a partir do começo do próximo ano. Informou a presença da Coordenação Tripartite e do UNODC, na semana seguinte, no Fórum Nacional de Direitos Humanos, com uma atividade no dia 12, às 19h e pediu aos membros que distribuíssem <i>flyers</i> para divulgar a ação. Comentou a 1) assinatura do termo de cooperação com o SESI, para uma parceria no âmbito do programa <i>Vira a Vida</i>; 2) a inauguração do novo posto do Amazonas, em Tabatinga, fruto do convênio com o Governo do Estado do Amazonas. Havendo ainda a expectativa de inaugurar mais dois novos postos no começo do próximo ano; 3) o lançamento do livro <i>Tráfico de pessoas, uma abordagem para os direitos humanos</i>; 4) a elaboração de uma estratégia para redefinir o papel dos postos avançados de atendimento humanizado ao migrante, com o Departamento de Estrangeiros; 5) a aprovação de um projeto com a União Européia, o projeto MT Brasil, <i>Migrações Transfronteiristas</i>, que começaria a ser implementado no próximo ano. Em seguida relatou que em relação ao Balanço de 2013, o ano fora extremamente favorável ao tema o que contribuiu para a mobilização social necessária e lembrou alguns acontecimentos propulsores, como o lançamento nacional do II PNETP, a novela Salve Jorge da Rede Globo, a Campanha do Coração Azul e a Campanha da SPM para o Mercosul, bem como a divulgação dos balanços do Ligue 180. Ressaltou que o ano de 2014 viria com um contexto distinto, mas ainda aparentemente favorável, pelo menos no primeiro semestre. Mencionou a Campanha da Fraternidade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e a COMIGRAR como espaços extremamente estratégicos. Chamou a atenção para a prática do <i>Gift Box</i>, explicando que a pretensão seria a de conseguir colocar o <i>Gift Box</i> em todas as capitais brasileiras que serão sede dos jogos da Copa do Mundo de Futebol. Mencionou o CONATRAP como um novo ator de controle social entrando em cena</p>
--	---

	<p>na política e na agenda do enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil. Lembrou aos membros de que o ano seguinte seria um ano curto, explicando que após a Copa do Mundo, se iniciaria o processo eleitoral. Pediu então muita atenção para essa questão.</p> <p>- Eden Martingo relatou que referente ao 180 Internacional, infelizmente, não foi possível fazer a ampliação pretendida para mais 12 países, ainda em 2013, por questões técnicas envolvendo a tecnologia da telefonia internacional, mas informou que esperava que, até o começo do ano seguinte, essa questão fosse sanada. Comunicou o início dos estudos para a licitação para a próxima fase de quadruplicação do serviço 180, explicando que nessa licitação seria colocada a infraestrutura de telecomunicações exigida, que seria suficiente para atender 50 países. Relatou que a meta para 2014 seria: 1) o fortalecimento da rede, na linha operativa dois, a capacitação e preparação de 10 centros de atendimento às mulheres para o enfrentamento ao tráfico de pessoas: 2) aumentar a presença do Comitê em postos-chaves; 3) o planejamento de se criar 10 centros de atendimento as mulheres nas fronteiras. Informou haver conseguido reativar um comitê de fronteira com a Venezuela, e que o projeto do centro ficará pronto, com a expectativa de que até junho estivessem prontos todos os centros. Por fim relatou o ingresso em uma nova fase, de realização da atuação bilateral de todos os países, mencionando os acordos estabelecidos para cooperação na tríplice fronteira, em Foz do Iguaçu, com Argentina e Paraguai, e agora com a Venezuela, bem como negociação em curso com o Uruguai para a finalização do memorando de entendimento para a criação de comitês de fronteira de enfrentamento à violência contra a mulher, em que o tráfico seria um dos pontos fundamentais.</p> <p>- George Lima, representante da SDH, reforçou a questão do trabalho de erradicação sobre os registros de nascimento para a redução da vulnerabilidade do tráfico de pessoas, explicando como a Secretaria havia trabalhado, por exemplo, para fazer a interligação entre as maternidades e os cartórios, para que a criança já saísse da maternidade com a certidão de nascimento. Afirmou ser necessária uma demanda ao PRONATEC para a realização de ações em prol da população LGBT, mencionando como a Secretaria havia trabalhado na construção de um referencial dessa demanda, que seria apresentado pelo Ministério da Educação, e também o desafio do ano, fazer a capacitação dos núcleos e postos para o atendimento a essa população. Informou sobre o trabalho bem próximo da ouvidoria com o Comitê no Disque 100, mas argumentou que se precisava também avançar em outras capacitações, levando em consideração a alta rotatividade da equipe. Chamou a atenção também para a questão de se capacitar os atendentes do Disque 100 para não só um atendimento humanizado, mas também para a realização de perguntas-chaves que precisariam ser feitas para que a polícia pudesse realizar investigações. Comentou sobre a inclusão de uma ação que não estava no segundo plano, o trabalho com casos de adoção irregular, ou então, tráfico de crianças para fins de adoção. Salientou, no entanto, que o trabalho principal no enfrentamento ao tráfico estaria voltado para o enfrentamento a violência sexual de criança e adolescente, e informou haverem duas iniciativas de resposta de coordenação de ações, a agenda de convergência e a Carta de Estratégias entre os poderes.</p>				
<p>5) Encaminhamento s Finais, Avaliação e</p>	<p>- Lucicleia Rollemberg conduziu o momento de aprovação do cronograma de 2014, tendo sido aprovadas as seguintes datas:</p> <table border="1" data-bbox="470 1848 1522 1921"> <tr> <th data-bbox="470 1848 997 1883">ENTREGA DO RELATÓRIO</th><th data-bbox="997 1848 1522 1883">REUNIÃO ORDINÁRIA</th></tr> <tr> <td data-bbox="470 1883 997 1921">28/2/2014</td><td data-bbox="997 1883 1522 1921">1º de abril (IV Reunião)</td></tr> </table>	ENTREGA DO RELATÓRIO	REUNIÃO ORDINÁRIA	28/2/2014	1º de abril (IV Reunião)
ENTREGA DO RELATÓRIO	REUNIÃO ORDINÁRIA				
28/2/2014	1º de abril (IV Reunião)				

Encerramento.	30/6/2014	05 de agosto (V Reunião)
	30/10/2014	02 de dezembro (VI Reunião)
<p>- Fernanda dos Anjos, Diretora do Departamento de Justiça, deu início então aos encaminhamentos finais:</p> <p>1) Em relação à mudança no modelo de monitoramento do formulário de preenchimento do relatório de progresso a) inserir uma nova métrica para a análise de progresso, que seria fazer a diferenciação da meta como permanente; b) revisar o formulário, em 2014, de forma a deixar mais claro as lideranças, as co-lideranças; o cronograma de implementação e ao mesmo tempo simplificar a forma de relato; c) a produção de um único relato de meta, independentemente, de ele estar colocado em cada box de indicador de processo para simplificar o formato do relato. Informou que se seguiria ainda com o formato <i>Word</i>, ao menos que alguém ajudasse com alguma solução tecnológica; e em seguida agradeceu a SDH por ter se voluntariado para essa tarefa.</p> <p>2) Sugeriu que quem não apresentou o relato, que o faça até o dia 09 de dezembro como data limite, pois do contrário se perderia a oportunidade da divulgação do relatório em 2013. Abriu para quem quisesse tomar proveito deste prazo para fazer ajustes, mas pediu que indicassem que meta estariam ajustando e que ajustassem a redação.</p> <p>3) Retomou a sugestão de compartilhamento de notícias e informações daquilo que cada um dos Ministérios vai desenvolvendo, por meio de e-mails do grupo interministerial, dando a opção para quem quisesse de mandar também para o MJ, para ser divulgado em um informativo que iria para um <i>mailing</i> de mais de 20 mil pessoas. Disponibilizou também a página de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do <i>Facebook</i>.</p> <p>4) Relembrou a importância dos ministérios promoverem um relato operacional, demonstrando, de forma clara, como a meta seria implementada.</p> <p>5) Solicitou ao coronel Rodrigo que indicasse um ponto focal para o início de um diálogo bilateral com o GSI e a ABIN para o próximo ano.</p> <p>6) Informou, com relação ao cronograma de metas, que alguns Ministérios presentes poderiam ajudar na tarefa de indicar o ano, e que aqueles que quisessem fazer a revisão do cronograma, procurassem a Secretária Executiva para esse processo. Pediu que o fizessem, ressaltando a relevância dessa informação, pois do contrário restariam 66 metas para se implementar em praticamente um semestre de 2014.</p> <p>Por fim, Fernanda dos Anjos, encerrou a terceira reunião do GI agradecendo a todos, em especial, à Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, à Coordenação Tripartite e aos membros do GI pelo compromisso nesse processo de implementação do II PNETP.</p>		